



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

## O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA LITERATURA INFANTIL NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Deusilande Muniz Deusdará Luz (1); Paulo Adriano Schwingel (2)

1. *Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI), Universidade de Pernambuco (UPE), Petrolina, PE. lannde@hotmail.com*

2. *Docente do PPGFPI, UPE, Petrolina, PE. paulo.schwingel@upe.br*

**Resumo:** O presente trabalho tem por finalidade realizar um estudo através de bibliografia especializada a cerca das práticas de aquisição da leitura/literatura, identificando se os textos literários influenciam os alunos a se transformarem em bons leitores no ciclo de alfabetização e letramento, observando ainda se os textos literários influenciam naturalmente seus alunos a se transformarem em bons leitores. Para tanto, foi realizada uma vasta pesquisa bibliográfica em vários autores na qual foi constatada que a leitura literária no ciclo da alfabetização é a principal forma de aquisição de conhecimento e de desenvolvimento da linguagem, e que o aperfeiçoamento da leitura, se dá através da prática, implicando necessariamente no desenvolvimento da capacidade comunicativa do sujeito e, por extensão melhorar sua socialização. De acordo com os resultados, os que professores alfabetizadores devem oportunizar aos estudantes o contato com vários tipos de leitura que permitam o desenvolvimento crítico. Sendo assim, não basta gostar, é preciso criar o hábito. Os estudantes podem desenvolver o hábito de leitura vendo seus professores, pais e colegas lendo diariamente. É preciso compreender o papel da escola, do professor e dos pais em proporcionar meios para inserção do aluno à cultura letrada e escrita. É importante que o educador na condução de seu trabalho crie um ambiente favorável à aprendizagem em que sejam trabalhados autoestima, confiança, respeito mútuo e valorização do aluno. Enfim é apontado que o aprendizado nos primeiros anos de escolarização é uma etapa essencial na vida de uma criança que certamente deixará marcas duráveis na sua vida.

**Palavras-chave:** Alfabetização, Literatura, Leitura, Crianças.



## 1 INTRODUÇÃO

O contato do homem com o mundo, com as outras pessoas e, logicamente, com o conhecimento, não se dá de forma direta senão mediatizado por elementos dentre os que se pode citar, por excelência desse contato, como meio mediador figuram: a linguagem oral ou escrita. É a linguagem que permite ao homem, comunicar-se com o mundo, interagir com outras pessoas, com outros tempos, costumes e tradições culturais (MACHADO 2007) O que é proporcionado, principalmente, pela linguagem escrita.

Dessa forma, a leitura literária promove a socialização do homem, ao funcionar como instrumento de ligação que o põe em contato com o mundo. Ela é a principal forma de aquisição de conhecimento e de desenvolvimento da linguagem, de tal forma, que o aperfeiçoamento da leitura, o que se dá através da prática, implica necessariamente no desenvolvimento da capacidade comunicativa do sujeito e, por extensão melhora sua socialização (MARTINS 2003)

Por conta disso, Mari (2007) diz que as pessoas leem para conhecer. Neste ínterim, para que um sujeito leia e entenda o que está sendo lido, é preciso um conhecimento mínimo sobre o assunto proposto. Desta forma, as pessoas leem para conhecer e conhecem para ler.

Deste modo, o tema trabalhado neste artigo surgiu da percepção que ainda hoje, em pleno século XXI, há grandes disparidades no comportamento de docentes titulares em salas de alfabetização no desenvolvimento do processo de alfabetizar. A adoção dessas atitudes pelos docentes aponta causas que levam ao fracasso da alfabetização. Não se pode deixar de considerar que muitas delas são de origem metodológica. Supõe-se que, quanto mais seguros estiverem os alfabetizadores para direcionarem a caminhada dos alunos, quanto mais consciência tiverem da função de dinamizadores, desafiadores e criadores de situações, melhores serão os resultados.

A leitura é um elemento indispensável para a prática pedagógica dos professores, onde a mesma se torna peça-chave para o desenvolvimento humano sem importar com classe social, idade ou graduação. Segundo Solé (1998, p.130): “Ensinar a ler também significa ensinar e avaliar o que compreendemos, o que não compreendemos e a importância que isto tem para construir um significado a propósito do texto”. No entanto, entende-se que não existe um método certo ou errado. O que existe são caminhos mais ou menos adequados às capacidades individuais, aos contextos culturais, às opções ideológicas e até religiosas. A adequação e a escolha de um método parecem estar



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

muito mais relacionadas à formação e à capacitação do professor, do que para o método em si (FERREIRO, 1995). Para o professor qualificado e preparado, qualquer método será bom e trará resultados satisfatórios quando ele tem em vista o seu público-alvo.

A escolha por este tema se justifica em virtude de que o processo de aquisição de leitura literária no ciclo de alfabetização e a participação no mundo letrado continuam sendo um desafio, que de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de número 9394/96 (BRASIL, 1996), é foco, também, da Pedagogia, pois estabelece como formação mínima para os anos iniciais do Ensino Fundamental, a adquirida no curso de Pedagogia ou Normal Superior, aceitando-se ainda o ensino Médio na modalidade Normal.

Por fim, considera-se neste trabalho que o processo de aprendizado da leitura literária é iniciado ainda na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, assim é preciso que o professor tenha consciência de todas as possibilidades e implicações deste momento da formação de seus alunos. Com base nisso, a presente pesquisa tem o objetivo de conhecer as práticas de aquisição da leitura literária no ciclo de alfabetização, procurando identificar se os textos literários influenciam os alunos a se transformarem em bons leitores no ciclo de alfabetização.

## **2 METODOLOGIA**

O presente trabalho é de cunho bibliográfico, utilizando como método de investigação o procedimento explicativo. Pois, tenta-se dentro de um levantamento de referências bibliográficas (livros, artigos científicos, *sites* da internet) elaborar uma argumentação embasada em estudos realizados por escritores e estudiosos da Língua Portuguesa.

Dessa forma, foram realizadas durante a elaboração desse artigo, leitura, consultas bibliográficas em vários autores, além de acesso à internet visando identificar textos completos e resumos inerentes a temática. Todos estes registros foram analisados com rigor científico para produção do conhecimento sobre o estudo realizado.

Portanto, espera-se que as informações adquiridas possam contribuir para subsidiar possíveis reflexões dos profissionais, para que os mesmos auxiliem seus alunos a enfrentarem o mundo atual como cidadãos participativos, reflexivos e autônomos, apontando alguns vieses que venham a contribuir para que os professores repensem suas práticas, principalmente no que concerne à apropriação e desenvolvimento da leitura e escrita pelos educandos.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

### **3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

As pesquisas na área de alfabetização realizadas nos últimos tempos apontam que o conceito tradicional, relacionado à simples mecânica do ato de ler e escrever, necessita ser ampliado, uma vez que a sociedade atual está perpassada por uma série de transformações, principalmente no que se refere ao ato da comunicação.

Dessa forma, Soares (2003) escreve sobre um novo conceito de alfabetização que vem se delineando - o alfabetismo ou letramento - pois, pela atual realidade social, é requerido dos indivíduos o domínio da tecnologia “do ler e escrever” assim como o seu uso em variados contextos.

Na concepção “radical-revolucionária” (BAKHTIN, 2006), o letramento assume um significado político-ideológico, pois não pode ser considerado um instrumento neutro a ser usado nas práticas sociais quando exigido. Mas é, essencialmente, um conjunto de práticas socialmente construídas que envolvem a leitura e a escrita, geradas por processos sociais mais amplos, e responsáveis por reforçar ou questionar valores, tradições e formas de distribuição de poder presentes nos contextos sociais. Sua força está em possibilitar, pelo uso da leitura e da escrita, a transformação das relações e das práticas sociais vigentes em uma sociedade capitalista e globalizada.

A alfabetização é um ato político e, portanto, não pode ser reduzida ao puro aprendizado mecânico de leitura e escrita. Bakhtin (2006) acredita que a alfabetização deve ser parte do processo através do qual os homens, além de aprender a ler e a escrever, deveriam se responsabilizar pela transformação social. Pois, ser alfabetizado não é ser livre; é estar presente e ativo na reivindicação da própria voz, da própria história e do próprio futuro.

Soares (2003, p.47) apresenta uma distinção entre os conceitos alfabetização e letramento, “alfabetizar seria ensinar a pessoa a ler e escrever; letrar seria levar essa pessoa não só, a saber, ler e escrever, mas a praticar isso em contextos específicos”, ou seja, em momentos em que a utilização da língua possibilite a compreensão do mundo em que se vive. Dessa forma, considerar-se-ia “alfabetizado” o sujeito que se apropriou do sistema ortográfico da língua e “letrado” o que faz uso das práticas sociais de leitura e escrita.

Esta questão torna-se mais complexa quando se leva em consideração a qualidade e a intensidade dos usos efetivos que cada sujeito faz destas práticas. Neste sentido, Soares (2003) aprofunda o conceito, pois considera que existam diferentes níveis de letramento, dependendo do grau (intensidade e qualidade) de inserção na cultura escrita, que tanto acontece na escola como fora dela.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

A escola, portanto, dependendo do tipo de atividade de leitura e escrita que promove, exerce um papel significativo na constituição do nível de letramento de seus alunos. Sabe-se que certas práticas escolares reduzem e limitam o conceito de letramento, ao selecionar apenas algumas habilidades e práticas de leitura e escrita. Em consequência, por meio da escolarização, as pessoas podem se tornar capazes de realizar tarefas escolares de letramento, mas podem permanecer incapazes de lidar com usos cotidianos de leitura e escrita em contextos não-escolares - em casa, no trabalho e no seu contexto social. Sendo assim, analisando o contexto escolar, o ideal seria alfabetizar letrando (SOARES, 2003), com o objetivo de capacitar os educandos para o uso social das práticas de leitura e escrita.

Há uma espécie de consenso entre os alfabetizadores de considerar que a alfabetização é um processo de aquisição dos códigos alfabético e numérico cuja finalidade última é a de levar o alfabetizado a adquirir habilidades cognitivas para desenvolver práticas que denotam a capacidade de usos de diferentes tipos de material escrito.

Pesquisas de Ferreiro (1995) demonstram que leitura e escrita, como objetos culturais do conhecimento, são adquiridas por um processo de autoconstrução, no confronto e interação da criança com o seu meio. Os resultados demonstraram que os vários métodos e estratégias utilizadas para favorecer a compreensão e o domínio da leitura e escrita pela criança (assim como testes de maturidade, listas de habilidades motoras e perceptivas-temporais) não foram suficientes para atingir o êxito desejado no processo de leitura e escrita, haja visto o grande número de crianças que não se alfabetizam mesmo com vários anos de escolaridade. Devido a isso, a autora buscou na teoria de Jean Piaget a explicação sobre o desenvolvimento da criança e construiu uma teoria para o ato de ler e escrever, do ponto de vista cognitivo.

Nesse sentido, entende-se que os resultados das pesquisas de Emília Ferreiro revolucionaram o campo da alfabetização. Trabalhando com crianças, acompanhando a evolução e a construção da língua escrita, ela detectou e comprovou que as crianças passam por níveis de evolução na (re)descoberta da língua escrita, possibilitando definir atividades e intervenções pedagógicas que favorecem a compreensão da escrita e a superação das dificuldades desta aprendizagem (FERREIRO, 1995). Ainda, segundo a educadora, alguns professores e pesquisadores erram ao considerar que existe um método ideal para a aprendizagem da leitura e da escrita, já que isso é um processo que envolve diversas competências e encontra fundamento em diferentes referenciais teóricos.

De outra forma, constata-se que a própria noção de metodologia se ampliou. Não se trata de o professor alfabetizador entender de métodos



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

clássicos de alfabetização, mas de tomar decisões relativas a diversas ordens de fatores. Uma vez que a palavra “metodologias” se refere a um conjunto amplo de decisões relacionadas ao como fazer e implica decisões relativas a métodos, à organização da sala de aula e de um ambiente de letramento, à definição de capacidades a serem atingidas, à escolha de materiais, de procedimentos de ensino, de formas de avaliar, sempre num contexto da política mais ampla de organização do ensino.

A literatura consultada permite dizer que a escolha por apenas um caminho como verdade metodológica não será igualmente bom para todos que aprendem e que ensinam e nem que serão eficientes para todos os conteúdos que tem hoje na alfabetização.

Sabe-se que uma das funções principais da escola é justamente a função de alfabetizar a população, ou seja, possibilitar o acesso à cultura escrita. É necessário, portanto, ensinar os alunos a lidar tanto com a escrita da linguagem e os aspectos discursivos relacionados à linguagem que usa para escrever. Visto que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de língua portuguesa reportam que “tão logo o aluno chegue à escola, seja solicitado a produzir seus próprios textos” (BRASIL, 1997, p.49).

Em vista disso, para aprender a escrever é essencial o acesso à diversidade de textos escritos, testemunhar a utilização que se faz da escrita em diferentes circunstâncias, defrontar-se com as reais questões que a escrita coloca a quem se propõe produzi-las. Sendo assim, o tratamento que se dá à escrita na escola não pode inibir ou afastar os alunos do que se pretende, ao contrário, é preciso aproximá-los para que possam se transformar em cidadãos da cultura escrita.

Nesse sentido, pesquisas realizadas no início da década de 1960 mostraram a ineficiência da informação proporcionada do exterior para modificar o raciocínio da criança. Segundo Sinclair (1981), nem Piaget e seus colaboradores chegaram à conclusão de que qualquer procedimento para a aprendizagem na alfabetização fosse inútil. Pelo contrário, essa conclusão estaria se opondo à teoria do desenvolvimento, já que esta é decisivamente interacionista e construtivista.

Essas pesquisas evidenciaram que a aprendizagem está subordinada ao desenvolvimento em dois sentidos: por um lado, os progressos que ocorrem são sempre função do nível inicial do desenvolvimento do sujeito – ou seja, não há saltos bruscos, a criança avança dentro da etapa em que se encontra ou passa imediatamente à seguinte – e, por outro lado, os mecanismos que o sujeito coloca em jogo durante as situações da aprendizagem



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

para apropriar-se dos dados externos são os mesmos que agem no desenvolvimento.

Pois bem, as pesquisas de Ferreiro (1995) têm mostrado que, também no caso da linguagem escrita e da leitura, a criança constrói ativamente o conhecimento. Ou seja, a criança aprende em função dos seus próprios esquemas de assimilação e o aprendido não depende dos estímulos que lhe são apresentados, e sim, da forma como são interpretados por meio desses esquemas.

Por sua vez, Ferreiro e Teberosky (1991) colocaram em evidência o papel desses conflitos na reconstrução da leitura e da escrita. Também neste caso, a procura de coerência, por parte das crianças, e o esforço que fazem para superar os conflitos que enfrentam.

Além disso, as atividades de leitura que o professor deve planejar, além de muito variadas, deverão garantir a sala de aula sempre um lugar agradável, vivo e dinâmico, onde a criança se sinta bem. Para desenvolvê-las o professor pode se valer dos acervos de livros de literatura presentes em cada sala de aula, de maneira que todas as crianças tenham nos livros fonte de alegria, de descoberta, de sonho, de imaginação e de estímulo à criatividade (CUNHA, 2002).

Assim, a liberdade de escolha de leitura, ou apenas o desejo de manusear o livro que mais atrai, que mais chama atenção pelas ilustrações, pela curiosidade por novos conhecimentos ou pelas cores da capa, são situações que, com prioridade, devem ser asseguradas a cada criança. “Através de textos literários, o professor pode atingir seus objetivos de desenvolver e consolidar habilidades de leitura, bem como os relativos à transversalidade, presentes nas diretrizes curriculares” (EVANGELISTA; BRANDÃO; MACHADO, 2007, p.48).

É importante termos a compreensão que, quando a criança chega à escola já pode ser considerado um bom leitor a parti da interação com mundo, uma vez que desde muito cedo a criança começa a observar, antecipar, interpretar e interagir, dando significado aos seres, objetos e a situações que a rodeiam. Nesse sentido, utilizam estas mesmas estratégias de busca de sentido para compreender o mundo letrado (LUCKESI; JOSÉ COSMA; BAPTISTA, 2005).

O processo natural de aprendizagem da leitura deve ser considerado pelo professor e incorporado as suas estratégias de ensino, como proposta de melhorar a qualidade desse processo contínuo iniciado no momento em que a criança é capaz de captar e atribuir significado as coisas do mundo em seu contexto. Assim, a ação de ler o mundo se enriquecerá



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

na medida em que a criança enfrentar progressivamente numerosos e variados textos.

Despertar no aluno o interesse pela literatura é proporcionar-lhe novos caminhos e novas possibilidades para descobrir o mundo e com ele relacionar-se. Pensando dessa forma propomos a leitura como ponto de partida, pois ela é uma das principais heranças da cultura. Uma vez que ler é indispensável para a inserção do indivíduo nas sociedades modernas.

De acordo com Mari (2007) com o domínio generalizado da leitura da habilidade de ler, consequência da ação eficaz da escola opera-se uma gradativa, mais irreversível, democratização do saber. São muitos os estudos acerca da prática da leitura no ciclo de alfabetização, os quais procuram questionar e refletir o processo de desenvolvimento do ato de ler.

Dessa maneira, deve-se compreender que o ato de ler textos literários vai além da decodificação do código escrito. Em adição, Martins (2003) considera a leitura como um processo de compreensão de expressões formais simbólicas não importando por meio de linguagens. Com isso, a leitura de textos literários só terá eficiência se for além do texto, onde o leitor assume papel atuante, deixando de ser mero codificador ou receptor passivo.

Não restam dúvidas de que a alfabetização é necessária na formação do leitor, mas realizada em outros moldes, proporciona aos leitores compreensão de mundo e também senso crítico, tornando o leitor em agente ideológico de uma nova sociedade.

De acordo com Bamberger (2004), o professor como mediador entre o mundo da leitura e a classe, deve possibilitar diferentes leituras aos seus alunos. Estes devem utilizar as informações que já possuem para formular hipóteses sobre o significado do texto, uma vez que ler é, em grande parte, fazer inferência, a partir de elementos conhecidos.

O professor deverá elaborar atividades que leve o aluno a explorar o significado de palavras ou expressões empregadas nos textos para que os mesmos possam construir uma reflexão e, não apenas receber como algo pronto e acabado (SOLÉ, 1998). Além disso, esse deverá ter o cuidado de permitir que seus alunos se exercitem na descoberta da leitura e possam propor suas obras preferidas aos colegas, mesmo que sua escolha contrarie o gosto do próprio professor, não se deixando intimidar pela escolha de seus alunos ou pela rejeição de uma determinada obra. Além disso, o professor deve gostar de ler e ser um leitor competente, para tornar a leitura atraente e significativa, despertando então o interesse da criança por essa prática. Ressaltando-se que ele deve tentar proporcionar momentos de leitura que incluem anedotas, adivinhações, jornais, receitas, histórias e outras, construindo, assim, para a formação de bons leitores.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Então, se o professor quer ensinar o aluno a gostar de ler, ele deve transformar a leitura em atividades livres, pois tendem a ficar chatas se as mesmas forem realizadas apenas por obrigação educacional. Neste ínterim, o professor pode ainda sugerir como atividade opcional que os alunos compartilhem as leituras e discutam os livros na sala de aula. Silva (1993, p.108) diz que “a escolha pessoal de livros deve ser incentivada, ainda que o professor possa orientar, recomendar e, até mesmo, sugerir textos quando solicitados”.

Visto que o professor deve se tornar o protagonista ativo da aprendizagem de seus alunos, uma vez que as crianças aprendem reflexivamente, ou seja porque alguém as põe em situação de pensar, é ele que pode decidir o que deve ser ensinado, os conteúdos, os materiais, a organização do trabalho e da atividade, a avaliação, etc. Além disso, esse professor/alfabetizador deve avaliar as características e as necessidades concretas dos alunos, preocupando-se em escutar o que os mesmos oferecem, bem como: seu pensamento, suas ideias prévias, suas hipóteses mais ou menos avançadas.

Assim sendo, produzir alunos leitores ajuda muito no entendimento das distintas disciplinas escolares e transforma esses em pessoas curiosas e cheias de vitalidade. E neste cenário, o mediador e incentivador é o professor e a sala de aula é o ambiente mais propício para desenvolver o interesse, o prazer e o gosto pela prática de leitura. No entanto, para que isso se torne situação concreta, é necessário traçar métodos que se enquadrem à realidade e necessidade do público atendido. A esse respeito Zilberman (2003, p.16) descreve:

A sala de aula é um espaço privilegiado para o desenvolvimento do gosto pela leitura, assim como um campo importante para o intercâmbio da cultura literária, não podendo ser ignorada, muito menos desmentida sua utilidade. Por isso, o educador deve adotar uma postura criativa que estimule o desenvolvimento integral da criança.

Dessa forma, para que o aluno tenha gosto e familiaridade com a leitura, é preciso que o professor busque trabalhar constantemente textos com gêneros e tipologias diversificadas, possibilitando o enriquecimento de informações e de conhecimentos múltiplos sobre a leitura. A partir do momento que o docente apresenta e trabalha a leitura na sala de aula de forma correta e dentro do planejamento realizado, ele poderá indagar o aluno sobre o conteúdo apresentado no decorrer da leitura, permitindo o interesse pela leitura.

A convicção de que para assegurar a alfabetização, leitura e escrita precisam-se de um compromisso coletivo por parte da escola, das Secretarias de Educação e também fazer parte de projeto de sociedade, que vise à democracia, a justiça social e o avanço da qualidade de vida das pessoas (ANTUNES, 2009).



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Mais do que métodos e técnicas de motivação para ler, são necessárias providências que se relacionem à história do aluno na sociedade, principalmente em sua família. Não se pode separar a prática da leitura da vida em família e na comunidade. Não é uma questão a ser resolvida apenas na escola e pela escola conforme destaca Solé (1998). Além disso, de acordo com Horbatiuk (2006, p.16): O fato é que, a cada leitura, há respostas interiores, há um novo ser, revestido de mais sabedoria. *[o estudante]* Vai amadurecendo sua personalidade, criando novos projetos de estudo, tomando gosto por diferentes assuntos, afinal construindo seu eu.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após análise e reflexão dos resultados coletados na literatura, foi possível compreender que, apesar da continuidade da prática pedagógica centrada no ensino tradicional, as práticas educativas de leitura literária são adequadas ao contexto e às necessidades educativas dos alunos que estão no ciclo de alfabetização. De acordo com os dados obtidos, o texto literário coloca o homem em contato com o mundo, não só contemporâneo, mas também, com a realidade de outras épocas. Permitindo ao mesmo o reencontro com sua história, fornecendo senso de identidade, informando e dando meios para o exercício da cidadania através da comunicação cuja leitura promove e aperfeiçoa.

As atividades de leitura trabalhadas nas classes de alfabetização não podem desprezar a experiência dos alunos, nem ser mecânicas e/ou autoritárias. Por outro lado, devem proporcionar aos alunos a oportunidade de construir sentidos, confrontar ideias e, em conseqüências, avançar para novos conhecimentos e novas experiências.

Assim sendo, é importante que o educador na condução de seu trabalho crie um ambiente favorável à aprendizagem em que sejam trabalhados autoestima, confiança, respeito mútuo e valorização do aluno. Contudo, este ambiente deve ser desafiador e com nível aceitável de tensões e cobranças, uma vez que o ambiente que não apresente desafios e que não cause nenhum tipo de ansiedade pode ser tão prejudicial ao desenvolvimento quanto o seu oposto.

Por fim, é apontado que o aprendizado nos primeiros anos de escolarização é uma etapa essencial na vida de uma criança e que certamente deixará marcas duráveis na sua vida.

### **REFERÊNCIAS**

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

ANTUNES, W. de A. **Lendo e formando leitores: orientações para o trabalho com a literatura infantil.** Circuito Campeão. São Paulo: Global, 2009.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 12.ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAMBERGER, R. **Como incentivar o hábito de leitura.** 7.ed. São Paulo: Ática, 2004.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais.** Língua Portuguesa. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

CUNHA, M. A. A. **Mergulhando na leitura literária: propostas de experiências para o ensino fundamental.** Belo Horizonte: SEE/MG, 2002.

EVANGELISTA, A. A. M.; BRANDÃO, H. M. B.; MACHADO, M. Z. V. (Orgs.). **A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil.** 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita.** 4.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

HORBATIUK, F. P. A prática da leitura começa em casa. **Revista Mundo Jovem.** Porto Alegre, n.399, p.16, fev. 2006.

LUCKESI, C. C.; JOSÉ COSMA, E. B.; BAPTISTA, N. **Fazer universidade: uma proposta metodológica.** 14.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MACHADO, M. Z. V. (Orgs.). **A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil.** 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MARI, H. *Sobre algumas condições de leitura: da naturalidade do significante ao conhecimento de intenções.* In: EVANGELISTA, A. A. M.; BRANDÃO, H. M. B.;

MARTINS, M. H. **O que é leitura.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

PIZANI, J. A. S. **A concepção construtivista da aprendizagem.** São Paulo: Cortez, 2002.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento.** São Paulo: Contexto, 2003.

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura.** 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZILBERMAN, V. **A Literatura infantil na escola.** 11.ed. São Paulo: Global, 2003.